

25º DIA DO JULGAMENTO DO ESCÂNDALO DAS "DÍVIDAS OCULTAS"

“Eu quero falar sobre dívidas ocultas, faz favor. Estamos a ir ao mato. O povo quer saber de dívidas ocultas”

- António Carlos do Rosário foi ao tribunal preparado para responder às perguntas sobre o projecto de protecção da Zona Económica Exclusiva, criação das empresas ProIndius, EMATUM e MAM e contratação das "dívidas ocultas". Mas o Ministério Público preferiu começar o interrogatório com perguntas sobre os cargos que o reu ocupou no SISE, as funções que desempenhou, os seus interesses empresarias e comerciais. António Carlos do Rosário agitou-se com a insistência nesse tipo de perguntas e não explodiu: "Eu quero falar sobre dívidas ocultas, faz favor. Estamos a ir ao mato. O povo quer saber de dívidas ocultas".





● O juiz Efigénio Baptista teve que interromper o réu para explicar quer todas as perguntas que o Ministério Público estava a fazer tinham relação com as dívidas ocultas. Mas António Carlos do Rosário não ficou convencido e disse que já conhecia a estratégia: "Vocês gostam de arrastar assuntos. Estou aqui há mais de 10 minutos a responder a perguntas sobre empresas que não estão relacionadas com as dívidas ocultas". A paciência do juiz chegou ao limite quando o réu disse que conhecia os "joguinhos" da administração da justiça. Além de ameaçar o réu com processos-crimes autónomos, pediu que o advogado Alexandre Chivale advertisse o seu constituínte. Depois da habitual interrupção desta quarta-feira, o julgamento retoma amanhã com a audição do mesmo réu.

● Quando a sessão retomou um pouco depois das 21h00, o réu excedeu-se e acusou o tribunal de ser injusto. "Não estão a ser justos. O Ministério Público não pode fazer perguntas baseadas no relatório da Kroll sem citar o contraditório que apresentamos. Isso é básico. Não estão a fazer justiça". O juiz confundiu Justiça com Direito, perdeu a humildade e vangloriou-se da sua formação: "O senhor não está em condições de me ensinar Direito. E não é qualquer pessoa que me pode ensinar Direito".



● O réu ainda tentou alertar o juiz que estava a fazer confusão entre Direito e Justiça. "Se o juiz admitiu ou não com nota alta não lhe autoriza a faltar respeito com o réu. Está a perder tempo e devia estar a tratar de assuntos das dívidas ocultas. É melhor ditar logo a sentença. Eu falei da justiça e o senhor está a falar do Direito. Eu estou a lutar pelos meus direitos há anos. O senhor está a mentir descaradamente. É o mínimo que pode ter. Solicito que dite logo a sentença", desabafou António Carlos do Rosário. O juiz mandou extrair auto de notícia com todas as frases do réu António Carlos do Rosário para remeter ao Ministério Público com vista à abertura de um processo-crime contra o réu.

Depois de quatro dias de interrogatório ao antigo Director-geral do Serviço de Informação e Segurança de Estado (SISE), era expectável que a sessão desta terça-feira começasse logo com a audição de António Carlos do Rosário, antigo Director Nacional da Inteligência Económica no SISE e PCA da ProIndicus, EMATUM e MAM. Mas o juiz Efigénio Baptista tinha algumas perguntas por colocar ao reu Gregório Leão relacionadas com o início das operações da ProIndicus.

Por isso, António Carlos do Rosário, 46 anos, entrou para a sala sessões às 11h55 e quando a imprensa estava a captar as suas imagens tirou a máscara, cerrou o punho da mão direita e começou a acenar. Respondendo às perguntas sobre a sua identidade, o reu insistiu que fosse tratado como sendo polígamo e não solteiro.

Como sempre, o juiz Efigénio Baptista preferiu que fosse a representante do Ministério Público a interrogar o reu António Carlos do Rosário. Ana Sheila Marrengula disse logo que tinha preparado mais de 200 perguntas. E a primeira estava relacionada com uma identidade que o reu usava, nomeadamente Manuel Jorge, e um email. “Era um email operacional da Inteligência Económica. Eu tinha acima de mil endereços electrónicos e usava cada um em função do assunto e do remetente. Não tenho senhas operacionais porque eu não era gestor dos emails. E nem posso identificar a pessoa por questões de segurança”.

À pergunta sobre quando é ingressou no SISE, o reu respondeu que, do ponto de vista formal, foi em Maio de 1999. Mas já era colaborador há anos. “Em 2002 tive duas promoções: fui promovido a Chefe de Secção da África Austral e SADC, no Departamento de África e Médio Oriente na Divisão de Análise. Seis (6) meses depois fui promovido a Chefe do Departamento de África e Médio Oriente. Em 2006 fui nomeado Director Nacional para Assuntos (ameaças/oportunidades) Internacionais na Divisão de Análise. Em 2015 fui nomeado Director Nacional de Inteligência Económica. Fui nomeado formalmente, porque já vinha exercendo cumulativamente essa função quando estávamos a criar a Direcção Nacional de Inteligência Económica”.

Convidado a falar das suas funções em vários cargos que exerceu no SISE, o reu disse que só o podia fazer de forma genérica devido a questões de segurança. “Hoje posso dizer que estou aqui queimado, mas Moçambique deve continuar. Nós fomos treinados e formados para esquecermo-nos do nosso trabalho sempre que for para falar publicamente”. Quando exercia as funções de Director Nacional para Assuntos Internacionais na Divisão de



“Eu e Mutota queríamos criar um veículo operativo e precisávamos de alguém que passaria despercebido e que não desse a entender que tem ligações com o SISE. Foi por isso que falamos com ela. Mas não avançou. Terminou no BR. Quando Gregório Leão tomou conhecimento aconselhou-nos a não avançar”

Análise assessorava a direcção-geral do SISE e recebeu a missão de instalar uma unidade de Inteligência Económica. “Tínhamos que seleccionar quadros de várias estruturas, criar um núcleo de avaliação de ameaças de índole económica para a segurança de Moçambique. E aqui olhávamos para actores individuais, actores corporativos (lucrativos e não lucrativos), actores estatais, actores intergovernamentais e actores não estatais errantes”.

O reu explicou que como Director Nacional para Assuntos Internacionais na Divisão de Análise reportava ao Director de Divisão de Análise e como Director Nacional de Inteligência Económica respondia directamente ao Director-geral do SISE. Confirmou ter participado das reuniões do Comando Operativo e Comando Conjunto. A uma pergunta se tinha experiência ou formação nas áreas de construção e manutenção naval, indústria pesqueira, avião civil e telecomunicações, o reu respondeu negativamente. “Eu só tenho experiência de gestão, foi por essa razão que fui PCA das três empresas”.

Se tinha interesses empresariais a título individual, o reu respondeu nos seguintes termos: “Enquanto fui funcionário do SISE geria negócios do SISE ou que a instituição fosse interessado. Tenho participações em empresas, mas não faço gestão delas. E não me lembro das empresas porque estou preso há muito tempo. Não posso falar das empresas do SISE, mas se o Ministério Público citar alguns nomes posso recordar”. Questionado se conhecia a Indico Property, respondeu positivamente, afirmando que é dono da empresa. Em relação à Informática Mania Lda,

afirmou ser uma empresa do SISE na qual ele tinha participação. “É uma empresa de cobertura operativa criada para viabilizar as nossas operações”.

Conhece Cipriano Mutota desde que começou a participar nos conselhos consultivos do SISE em 2002, mas negou ter interesse empresarial ou comercial com o mesmo. Disse que conheceu Bruno Langa na prisão de LÍngamo, depois de ter ouvido falar do seu nome durante a legalização da prisão, em Fevereiro de 2019. Em relação a Armando Ndambi Guebuza, o reu disse que a primeira vez que o viu foi na cadeia do LÍngamo. “Conheço a Ângela Leão desde o ISRI. Ela foi minha aluna. Quando casou com Gregório Leão eu passei a frequentar a casa dela por força da relação que tinha com o marido. Gregório Leão foi meu colega de turma e mais tarde meu chefe no SISE”. Questionado se teve ou ainda tem relações empresariais com Ângela Leão, respondeu negativamente. “Houve uma tentativa, mas não avançou”.

Entretanto, consta que o reu é sócio da Jociro Internacional Lda, juntamente com os réus Cipriano Mutota e Ângela Leão. “Eu e Mutota queríamos criar um veículo operativo e precisávamos de alguém que passaria despercebido e que não desse a entender que tem ligações com o SISE. Foi por isso que falamos com ela. Mas não avançou. Terminou no BR. Quando Gregório Leão tomou conhecimento aconselhou-nos a não avançar”.

O Ministério Público lembrou que a Jociro Internacional detém 15% de quotas na empresa Indo Pacific Moçambique Lda, ao que o reu reagiu afirmando que não tomou conhecimento dos factos. “Há uma deliberação assinada pelos sócios da Jociro Internacional, incluindo a sua, autorizando a subscrição de 15% das acções da Indo Pacific Moçambique Lda”, explicou o juiz. O reu disse que a assinatura é parecida com a sua, mas insistiu que não conhecia a empresa Indo Pacific Moçambique Lda. Esta empresa tinha como mandatário o reu Teófilo Nhangumele.

Disse que conheceu o reu Teófilo Nhangumele na cadeia do LÍngamo. Mas quando foi ouvido na PGR no dia 30 de Janeiro de 2019, afirmou ter conhecido Teófilo Nhangumele no Hotel Polana, através de Cipriano Mutota, tempo depois da criação da ProIndicus. Na altura, Nhangumele estava a reclamar o pagamento de dinheiro pelo trabalho que fez no âmbito da criação da ProIndicus. E disse mais: que orientou o reu Cipriano Mutota para explicar ao Nhangumele que não havia nada a pagar. Confrontado com as suas declarações, o reu confirmou a sua assinatura e explicou que na altura estava em tensão com a PGR porque não concordava com muita coisa que era feita naquela altura. “Não sei se

É uma empresa de cobertura operativa criada com dois objectivos: captar investimento privado estrangeiro para Moçambique e, segundo, como Inteligência Económica, nós usamos empresas próprias ou de terceiros para realizar as actividades”.

“Hoje já não me lembro dos nomes dos outros accionistas porque estava mais interessado com questões operativas. Mas também não iria citar nomes por questões de segurança. Não me recordo da sede social da Txopela nem dos órgãos sociais. Só sei que um dos administradores é Doutor Alexandre Chivale”.

tive esse encontro. Não sei onde estava com a cabeça porque os factos não são reais. Eu trabalho com a PGR sobre este assunto desde 2015 e fui ouvido muitas vezes”.

Disse que não conhece a M Moçambique Construções, empresa do reu Fabião Mabunda. Em relação à Txopela Investments, o reu disse que foi ele quem mandou criar a empresa. “É uma empresa de cobertura operativa criada com dois objectivos: captar investimento privado estrangeiro para Moçambique e, segundo, como Inteligência Económica, nós usamos empresas próprias ou de terceiros para realizar as actividades”. Disse ainda que a Txopela Investments foi criada em Setembro de 2013 e tinha como accionistas oficiais do SISE. “Hoje já não me lembro dos nomes dos outros accionistas porque estava mais interessado com questões operativas. Mas também não iria citar nomes por questões de segurança. Não me recordo da sede social da Txopela nem dos órgãos sociais. Só sei que um dos administradores é Doutor Alexandre Chivale”.

Do processo não consta o nome de António Carlos do Rosário como accionista da Txopela Investments. O reu disse que nunca exerceu funções na Txopela Investments, mas deu instruções ao antigo administrador Bilal Sidat para realizar certas operações. Disse que transmitiu as suas acções na Txopela Investments, mas já não se lembrava a quem. Um dos accionistas da Txopela Investments é estrangeiro, nomeadamente a empresa IRS - Infrastructures, Resources and Services. O certificado de registo da IRS mostra que a empresa



foi criada no Líbano no dia 12 de Fevereiro de 2015. O Ministério Público questionou como é que a empresa IRS foi membro fundador da Txopela Investments se ela não existia juridicamente, ao que o reu respondeu que não tinha explicação.

Um dos representantes da IRS tinha ligações com Privinvest e chegou foi dirigente de uma das empresas do grupo Privinvest e foi ele quem terá autorizado a ordem de transferência de 13 milhões de dólares para as pagar despesas das actividades da ProIndicus.

Perguntado se a sua participação nas empresas tinha sido reportado ao Director-geral do SISE, conforme manda a lei,

António Carlos do Rosário respondeu que teve autorização para criar a Indico Property. Em relação à Jociro Internacional e Informática Mania, disse que se tratava de empresas de cobertura operacional autorizadas pelo Director-geral do SISE.

Disse conhecer o jurista de nome Imran Ahmad Adam Issa e foi ele quem criou a Txopela Investments, como colaborador da Inteligência Económica do SISE. Conhece Tayob da Silva Cadango desde a infância em Quelimane. À pergunta se Tayob da Silva exerce algum cargo na Txopela Investments, o reu disse que não sabia. Em relação ao Nordine Aboobacar, o reu disse tratar-se de um amigo desde

o ensino secundário, mas não sabe se ele exerceu funções na Txopela Investments. Confirmou as palavras de Gregório Leão de que a Txopela Investments foi criada no âmbito do projecto de protecção da Zona Económica Exclusiva de Moçambique. "Às vezes funcionava como veículo operativo para servir os accionistas na sua relação com terceiros, onde se incluem entidades ligadas ao projecto de protecção da Zona Económica Exclusiva de Moçambique". Confirmou que o seu advogado Alexandre Chivale é colaborador do SISE e que é nessa qualidade que exerce as funções de administrador da Txopela Investments.



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autor: Emídio Beula
Equipa Técnica: Emídio Beula, Julião Matsinhe, Dimas Sinoa, Américo Maluana e Betuel Chau
Layout: CDD

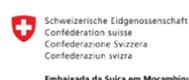
Contacto:
 Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
 Telefone: +258 21 085 797

Twitter: CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIRO PROGRAMÁTICO



PARCEIROS DE FINANCIAMENTO



Embaixada da Suíça em Moçambique

